

**MANUAL DE
PROCESSO DO
TRABALHO**

1ª edição — Atlas, 2014

2ª edição — Atlas, 2015

3ª edição — Atlas, 2016

4ª edição — LTr, 2019

Carlos Henrique Bezerra Leite

Doutor e Mestre em Direito (PUC/SP). Professor de Direito Processual do Trabalho e Direitos Humanos Sociais Metaindividuais da Graduação. Mestrado e Doutorado da FDV. Advogado e Consultor jurídico. Desembargador aposentado do TRT da 17ª Região. Titular da Cadeira n. 44 da Academia Brasileira de Direito do Trabalho. Ex-Procurador Regional do Trabalho. Foi Professor Associado do Departamento de Direito da UFES (1994 a 2013) e Procurador do Município de Vitória/ES. Conferencista, autor de livros e artigos científicos. *E-mail:* chbezerraleite@yahoo.com.br.

MANUAL DE PROCESSO DO TRABALHO

4ª Edição

LTR®



EDITORA LTDA.

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571
CEP 01224-003
São Paulo, SP – Brasil
Fone (11) 2167-1101
www.ltr.com.br
Fevereiro, 2019

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: PIETRA DIAGRAMAÇÃO
Projeto de capa: FABIO GIGLIO
Impressão: MARKS PRESS

Versão impressa – LTr 6163.2 – ISBN 978-85-361-9931-3
Versão digital – LTr 9526.7 – ISBN 978-85-361-9962-7

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Leite, Carlos Henrique Bezerra

Manual de processo do trabalho/Carlos Henrique Bezerra Leite. – 4. ed. – São Paulo: LTr, 2019.

Bibliografia.

ISBN 978-85-361-9931-3

1. Direito processual do trabalho – Brasil 2. Execução (Direito do trabalho) – Brasil 3. Justiça do trabalho – Brasil I. Título.

18-22360

CDU-347.9:347.952:331(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito processual do trabalho e processo de execução trabalhista: Direito

347.9:347.952:331(81)

Cibele Maria Dias – Bibliotecária – CRB-8/9427

Dedico este livro à mulher amada Jurema
e às nossas amadas filhas, Laís e Letícia.

Essas três mulheres enchem a minha vida de alegria,
amor e esperança de um mundo mais fraterno.

Agradeço a Deus pelo sopro de inspiração.
À Laís Durval Leite e à Letícia Durval Leite,
pelo auxílio inestimável na elaboração desta edição.
Aos alunos e alunas virtuais e presenciais de todo o Brasil, em especial
aos da Faculdade de Direito de Vitória (FDV).
Aos professores e professoras de Direito
Processual do Trabalho de todo o Brasil.

OUTROS LIVROS DO AUTOR

1. Direitos humanos. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
2. Curso de direito do trabalho. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
3. Curso de direito processual do trabalho. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
4. Direito processual coletivo do trabalho na perspectiva dos direitos humanos. São Paulo: LTr, 2015.
5. Ministério Público do Trabalho: doutrina, jurisprudência e prática. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.
6. A greve como direito fundamental. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2014.
7. Ação civil pública na perspectiva dos direitos humanos. 2. ed. São Paulo: LTr, 2008.
8. Direitos metaindividuais (organizador). São Paulo: LTr, 2005.
9. Liquidação na ação civil pública. São Paulo: LTr, 2004.
10. Direito e processo do trabalho na perspectiva dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Renovar, 2003 (esgotado).
11. Direito e processo na teoria geral do direito. São Paulo: LTr, 2000 (esgotado).
12. Mandado de segurança no processo do trabalho. São Paulo: LTr, 1999 (esgotado).
13. Direito do trabalho e processo trabalhista: temas controvertidos. Belo Horizonte: RTM, 1997 (esgotado).
14. Constituição e direitos sociais dos trabalhadores. São Paulo: LTr, 1997 (esgotado).
15. CLT organizada. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SUMÁRIO

I – INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	21
1. Fontes do direito processual do trabalho	21
1.1. Fontes materiais	21
1.2. Fontes formais	22
1.2.1. Fontes formais diretas	22
1.2.2. Fontes formais indiretas	24
1.2.3. Fontes formais de explicitação	25
2. Princípios do direito processual do trabalho	26
2.1. Princípios comuns ao direito processual civil e ao direito processual do trabalho	28
2.1.1. Princípio dispositivo ou da demanda	28
2.1.2. Princípio inquisitivo ou do impulso oficial	29
2.1.3. Princípio da instrumentalidade das formas	30
2.1.4. Princípio da impugnação especificada	30
2.1.5. Princípio da estabilidade da lide	31
2.1.6. Princípio da eventualidade	31
2.1.7. Princípio da preclusão	32
2.1.7.1. Preclusão consumativa	33
2.1.7.2. Preclusão temporal	33
2.1.7.3. Preclusão lógica	33
2.1.7.4. Preclusão ordinatória	33
2.1.7.5. Preclusão máxima	33
2.1.7.6. Preclusão <i>pro judicato</i>	34
2.1.8. Princípio da economia processual	34
2.1.9. Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i>	34
2.1.10. Princípio do ônus da prova	35
2.1.11. Princípio da oralidade	36
2.1.11.1. Princípio da imediatidade ou da imediação	36
2.1.11.2. Princípio da identidade física do juiz	37
2.1.11.3. Princípio da concentração	37
2.1.11.4. Princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocu- rias	38
2.1.12. Princípio da lealdade processual	38
2.1.13. Princípio da cooperação ou colaboração	39
2.1.14. Princípio da vedação da decisão surpresa	39
2.1.15. Princípio da primazia da decisão de mérito	40
2.1.16. Princípio da observância da ordem cronológica de conclusão de pro- cessos	40

2.2. Princípios peculiares do direito processual do trabalho	41
2.2.1. Princípio da proteção processual	42
2.2.2. Princípio da finalidade (ou efetividade) social do processo	43
2.2.3. Princípio da busca da verdade real	44
2.2.4. Princípio da indisponibilidade	44
2.2.5. Princípio da conciliação	45
2.2.6. Princípio da normatização coletiva	46
2.2.7. Outros princípios aplicáveis ao processo trabalhista	46
2.2.7.1. Princípio da simplicidade	46
2.2.7.2. Princípio da celeridade	46
2.2.7.3. Princípio da despersonalização do empregador	47
2.2.7.4. Princípio da extrapetição	48
3. Autonomia do direito processual do trabalho	48
3.1. O Novo CPC e a relativização da autonomia do processo do trabalho	50
3.1.1. Repercussões no processo do trabalho	50
4. Posição enciclopédica do direito processual do trabalho	57
5. Conceito de direito processual do trabalho	57
6. Hermenêutica do direito processual do trabalho	58
6.1. Interpretação	58
6.2. Integração	63
7. Eficácia da norma processual trabalhista	64
7.1. Eficácia da norma processual trabalhista no tempo	65
7.2. Eficácia da norma processual trabalhista no espaço	68
II – ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO	69
1. O Poder Judiciário brasileiro	69
2. Breve história da Justiça do Trabalho	70
3. A organização da Justiça do Trabalho	71
3.1. Composição e funcionamento do TST	71
3.2. Composição e funcionamento dos TRTs	75
3.3. Composição e funcionamento das Varas do Trabalho	76
3.4. Os Juízos de Direito investidos de jurisdição trabalhista	77
4. Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho	78
4.1. Serviços auxiliares na primeira instância	78
4.2. Serviços auxiliares na segunda instância	80
4.3. Oficiais de justiça avaliadores	80
III – O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO	82
1. Conceito	82
2. Organização	82
3. Competência e atribuições	84
4. Funções	84
4.1. Plano judicial	85

4.1.1. O Ministério Público do Trabalho como parte	86
4.1.2. O Ministério Público do Trabalho como <i>custos legis</i>	86
4.2. Plano extrajudicial.....	87
IV – A JURISDIÇÃO TRABALHISTA.....	89
1. Métodos de solução dos conflitos trabalhistas	89
1.1. Autodefesa.....	89
1.2. Autocomposição	89
1.3. Heterocomposição	90
2. Jurisdição.....	92
2.1. Conceito de jurisdição	92
2.2. Exceções ao exercício da jurisdição	93
2.3. Princípios da jurisdição.....	93
2.4. Características da jurisdição	93
3. Acesso à Justiça do Trabalho	94
3.1. Acesso individual.....	94
3.1.1. Acesso Individual à Justiça do Trabalho e a Reforma Trabalhista	95
3.2. Acesso normativo.....	96
3.3. Acesso metaindividual	96
4. Jurisdição voluntária e jurisdição contenciosa.....	97
V – COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	99
1. A competência da Justiça do Trabalho após a EC n. 45/2004	99
2. Competência em razão da matéria	99
2.1. Competência material original	100
2.1.1. Ações oriundas da relação de emprego	100
2.1.1.1. Danos morais e materiais individuais e coletivos	100
2.1.1.2. Acidente do trabalho e dano moral em ricochete	101
2.1.1.3. Cadastramento de PIS/PASEP	104
2.1.1.4. Meio ambiente do trabalho	104
2.1.1.5. FGTS	105
2.1.1.6. Quadro de carreira	106
2.1.1.7. Contribuições previdenciárias e fiscais	106
2.1.1.7.1. Contribuições previdenciárias destinadas a terceiros	107
2.1.1.7.2. Contribuições destinadas ao Seguro de Acidente do Trabalho (SAT)	107
2.1.1.8. Seguro-desemprego	107
2.1.1.9. Ações possessórias e interdito proibitório	108
2.1.1.10. Matéria criminal	108
2.1.1.11. Complementação de aposentadoria, pensão e previdência privada	109
2.1.2. Ações oriundas da relação de trabalho	110
2.1.2.1. Relação de trabalho avulso	113

2.1.2.2. Relação de trabalho eventual.....	114
2.1.2.3. Relação de trabalho autônomo e relação de consumo.....	114
2.1.2.4. Contrato de honorários advocatícios.....	115
2.1.2.5. Contratos de empreitada.....	116
2.1.2.6. Contrato entre médico e plano de saúde.....	117
2.1.2.7. Contrato de estágio.	118
2.2. Competência material derivada.....	119
2.3. Competência material executória.....	122
2.3.1. Competência para executar contribuições previdenciárias.....	123
3. Competência em razão da pessoa.....	124
3.1. Pessoas físicas que podem demandar na Justiça do Trabalho.....	125
4. Competência em razão da função.....	128
4.1. Competência funcional dos Juízes das Varas do Trabalho.....	129
4.2. Competência funcional dos Tribunais Regionais do Trabalho.....	131
4.3. Competência funcional do Tribunal Superior do Trabalho.....	133
5. Competência em razão do lugar.....	139
5.1. Local da prestação do serviço.....	140
5.2. Empregado agente ou viajante comercial.....	142
5.3. Empregado brasileiro que trabalha no estrangeiro.....	142
5.4. Empresa que promove atividade fora do lugar da celebração do contrato ..	143
5.5. Foro de eleição.....	144
6. Competência internacional.....	146
7. Modificações da competência.....	147
7.1. Prorrogação.....	148
7.2. Conexão.....	148
7.3. Continência.....	149
7.4. Prevenção.....	150
8. Conflitos de competência.....	151
VI – PARTES E PROCURADORES.....	154
1. Sujeitos do processo e sujeitos da lide.....	154
2. Partes.....	155
3. Litisconsórcio.....	156
3.1. Litisconsórcio ativo (“reclamatória plúrima”).....	157
3.2. Litisconsórcio ativo facultativo multitudinário.....	157
3.3. Litisconsórcio passivo.....	158
4. Capacidade de ser parte e capacidade processual.....	159
5. <i>Jus postulandi</i>	162
6. Representação e assistência.....	163
7. Representação por advogado.....	168
7.1. Mandato tácito ou <i>apud acta</i>	170

8. Assistência judiciária gratuita, benefício da justiça gratuita e princípio da gratuidade	171
9. Deveres das partes e de todos que participam do processo	174
9.1. Litigância de má-fé.....	176
VII – ATOS, TERMOS E PRAZOS PROCESSUAIS	178
1. Atos e termos processuais	178
1.1. Atos processuais	178
1.2. Termos processuais	180
2. Comunicação dos atos processuais	180
2.1. Notificação	180
2.2. Citação	181
2.3. Intimação.....	183
3. Prazos processuais	184
3.1. Classificação.....	184
3.2. Contagem dos prazos	186
VIII – DESPESAS PROCESSUAIS	190
1. Conceito	190
1.1. Custas e emolumentos.....	190
1.1.1. Pagamento de custas e emolumentos.....	195
1.1.2. Isenção ou dispensa do pagamento das despesas processuais	197
1.2. Honorários advocatícios	200
1.2.1. Honorários advocatícios nas ações acidentárias	207
1.2.1.1. Honorários advocatícios em outras ações indenizatórias.....	207
1.2.2. Honorários advocatícios na substituição processual	209
1.2.3. Honorários advocatícios nas ações oriundas da relação de trabalho....	212
1.3. Honorários do intérprete	212
1.4. Honorários periciais	213
2. Despesas processuais no microsistema do processo coletivo.....	215
IX – VÍCIOS, NULIDADES E DEFEITOS DO ATO PROCESSUAL.....	217
1. Conceito.....	217
2. Distinções e espécies.....	218
3. Extensão, arguição e efeitos.....	219
4. Princípios das nulidades processuais	220
4.1. Princípio da instrumentalidade das formas.....	220
4.2. Princípio do prejuízo ou da transcendência.....	220
4.3. Princípio da preclusão ou convalidação	221
4.4. Princípios da economia e da celeridade processuais	222
4.5. Princípio do interesse	222
4.6. Princípio da utilidade.....	223
X – DISSÍDIO (AÇÃO) INDIVIDUAL.....	224
1. Terminologia, conceitos e espécies	224

2. Elementos da ação individual trabalhista	225
3. Natureza jurídica da ação trabalhista	227
4. Condições da ação trabalhista.....	228
5. Classificação das ações trabalhistas.....	231
5.1. Ações de conhecimento.....	232
5.1.1. Ação declaratória incidental.....	233
5.1.2. Ações inibitórias	234
5.1.3. Ação de remoção do ilícito.....	235
5.2. Ações executivas.....	235
5.3. Ações cautelares	236
6. Processo	236
6.1. Pressupostos processuais.....	236
7. Procedimento.....	239
7.1. Procedimento comum ordinário.....	239
7.2. Procedimento comum sumário.....	240
7.3. Procedimento comum sumaríssimo.....	241
7.4. Procedimento de Jurisdição Voluntária	243
8. Petição inicial	244
8.1. Do pedido.....	250
8.1.1. Dos pedidos líquidos e ilíquidos	254
8.2. Alteração da petição inicial.....	258
8.3. Indeferimento da petição inicial	259
9. Da tutela provisória	260
9.1. A tutela provisória e a extinção do processo cautelar	261
9.2. Terminologia.....	261
9.3. Requisitos	261
9.4. Provimentos antecipatórios no processo do trabalho.....	262
9.5. Tutela provisória de urgência.....	263
9.6. Natureza jurídica da tutela provisória antecipada	264
9.7. O ato judicial que concede a tutela provisória antecipada.....	265
9.8. Procedimento da tutela provisória de urgência antecipada antecedente.....	266
9.9. Procedimento da tutela provisória de urgência cautelar antecedente	267
9.10. Tutela provisória da evidência	268
XI – AUDIÊNCIA	270
1. Aspectos gerais da audiência trabalhista.....	270
2. Comparecimento das partes e dos advogados	273
3. “Arquivamento da reclamação”	274
4. Revelia e confissão	276
4.1. Revelia e confissão das pessoas jurídicas de direito público	278
4.2. Réu revel citado por edital e o curador especial.....	279
5. Conciliação.....	279
6. Razões finais e conciliação pré-decisória.....	281

XII – DEFESA DO RECLAMADO	283
1. Defesa do reclamado	283
1.1. Exceções.....	284
1.1.1. Exceção de Suspeição	284
1.1.2. Exceção de Incompetência.....	286
1.2. Contestação	287
1.2.1. Contestação contra o processo	289
1.2.2. Contestação contra o mérito	290
1.2.2.1. Prescrição.....	291
1.2.2.2. Compensação, dedução e retenção.....	294
1.3. Impugnação ao valor da causa.....	295
1.4. Reconvencção	297
XIII – PROVAS NO PROCESSO DO TRABALHO	300
1. Conceito.....	300
2. Princípios relativos às provas.....	301
3. Objeto da prova	305
4. Meios de prova	306
4.1. Interrogatório, depoimento e confissão	307
4.2. Testemunhas	309
4.3. Documentos	313
4.3.1. Oportunidade de juntada de documentos	315
4.3.2. Incidente de falsidade.....	316
4.3.3. Exibição de documentos	317
4.3.4. Documentos produzidos eletronicamente	318
4.4. Perícia.....	319
4.4.1. Sistemática de realização das perícias.....	320
4.4.2. Prova pericial emprestada	323
4.5. Inspeção judicial.....	323
5. Ônus da prova no processo do trabalho.....	324
5.1. Inversão do ônus da prova	326
XIV – SENTENÇA E COISA JULGADA NOS DISSÍDIOS INDIVIDUAIS	329
1. Sentença.....	329
1.1. Conceito e classificação	329
2. Requisitos da sentença	334
3. Termo de conciliação e seus efeitos	344
3.1. Homologação de Acordo Extrajudicial.....	346
4. Coisa julgada.....	347
XV – RECURSOS NO PROCESSO DO TRABALHO	351
1. Conceito de recurso	351
2. Princípios recursais.....	351
3. Efeitos dos recursos	355

4. Pressupostos recursais.....	360
4.1. Pressupostos intrínsecos ou subjetivos.....	360
4.2. Pressupostos extrínsecos ou objetivos.....	361
4.2.1. Preparo recursal (custas e depósito recursal).....	363
5. Juízos de admissibilidade e de mérito do recurso (ampliação dos poderes do relator).....	368
6. Espécies de recursos trabalhistas.....	369
6.1. Recurso ordinário.....	370
6.2. Agravo de instrumento.....	375
6.3. Agravo de petição.....	382
6.4. Agravo regimental e agravo interno.....	386
6.5. Embargos de declaração.....	390
6.6. Recurso de revista.....	396
6.6.1. Recursos de revista repetitivos.....	407
6.7. Recursos de embargos no TST.....	410
XVI – LIQUIDAÇÃO DA SENTENÇA.....	415
1. Conceito e natureza jurídica.....	415
2. Espécies.....	416
2.1. Liquidação por cálculo.....	418
2.2. Liquidação por arbitramento.....	422
2.3. Liquidação por artigos ou pelo procedimento ordinário.....	424
3. “Sentença” de liquidação.....	425
XVII – EXECUÇÃO TRABALHISTA.....	427
1. Natureza, autonomia e princípios da execução trabalhista.....	427
2. Aplicação subsidiária da lei de execuções fiscais e do CPC.....	434
3. Execução provisória e execução definitiva.....	436
3.1. Carta de sentença.....	441
4. Execução de títulos judiciais e extrajudiciais.....	441
4.1. Legitimidade <i>ad causam</i> na execução trabalhista.....	443
4.1.1. Legitimação ativa.....	443
4.1.2. Legitimação passiva.....	444
4.1.2.1. Desconsideração da pessoa jurídica do executado.....	446
4.2. Competência.....	447
5. Execução das obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa.....	448
6. Execução por quantia certa contra devedor solvente.....	452
6.1. Mandado de citação.....	453
6.2. Multa de 10% pelo não pagamento espontâneo da obrigação por quantia certa.....	455
6.3. Penhora.....	458
6.3.1. Bens impenhoráveis.....	461
6.3.1.1. Bens de família.....	466

6.3.2. Penhora de crédito do executado.....	467
6.3.3. Penhora de empresa.....	469
6.3.4. Penhora <i>on-line</i>	470
6.3.5. Penhora de imóvel.....	472
6.3.6. Depósito e depositário infiel.....	473
7. Embargos à execução.....	474
7.1. Matéria arguível na impugnação do devedor.....	476
7.2. Parcelamento da dívida trabalhista.....	477
7.3. Impugnação do credor.....	478
7.4. Recorribilidade da decisão dos embargos do executado.....	479
7.5. Execução das prestações sucessivas.....	479
8. Exceção ou objeção de pré-executividade.....	480
9. Expropriação dos bens do devedor.....	482
9.1. Avaliação.....	482
9.2. Expropriação antecipada.....	483
9.3. Praça e leilão.....	484
9.4. Arrematação.....	485
9.4.1. Preço vil.....	486
9.4.2. Arrematação pelo próprio exequente.....	487
9.4.3. Auto de arrematação.....	488
9.4.4. Irrecorribilidade da decisão homologatória da arrematação.....	488
9.5. Adjudicação.....	488
9.6. Remição.....	489
9.7. Alienação por iniciativa particular.....	489
9.8. Embargos (impugnação) à arrematação e à adjudicação.....	490
10. Fraude à execução.....	491
11. Execução contra a massa falida e contra a empresa em recuperação.....	493
12. Execução contra a Fazenda Pública.....	497
13. Execução das contribuições previdenciárias.....	516
14. Execução fiscal na Justiça do Trabalho.....	519
15. Suspensão e extinção da execução.....	522
XVIII – INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE.....	524
1. Conceito e denominação.....	524
2. Cabimento.....	525
3. A questão do prazo para ajuizamento.....	528
4. Procedimento do inquérito.....	528
5. A sentença e seus efeitos.....	529
XIX – DISSÍDIO COLETIVO.....	531
1. Conceito e natureza jurídica.....	531
2. Classificação.....	532
3. Competência.....	534

4. Procedimento.....	535
4.1. A petição inicial.....	537
4.2. A legitimidade das partes.....	538
4.3. A questão do “comum acordo”.....	540
5. Sentença normativa.....	541
5.1. Efeitos e vigência.....	543
5.2. Extensão das decisões e revisão.....	546
XX – AÇÃO DE CUMPRIMENTO.....	548
1. Noções gerais.....	548
2. Conceito.....	549
3. Natureza jurídica.....	550
4. Legitimidade e interesse.....	550
5. Competência.....	551
6. Procedimento.....	551
7. Reforma da sentença normativa e ação de cumprimento.....	552
8. Prescrição.....	553
XXI – OUTRAS AÇÕES ADMISSÍVEIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO.....	554
1. Ação de consignação em pagamento.....	554
2. Ação de exigir contas.....	558
3. Mandado de segurança (individual e coletivo).....	560
4. Ação monitória.....	586
5. Ação anulatória.....	589
5.1. Ação anulatória de sentença.....	589
5.2. Ação anulatória de cláusulas convencionais.....	591
6. Ação civil pública.....	592
7. Ação civil coletiva.....	598
8. Ação rescisória no processo do trabalho.....	601
9. Ações cautelares no processo do trabalho.....	611
10. Embargos de terceiro.....	611
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	616



INTRODUÇÃO AO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

1. Fontes do direito processual do trabalho

Não é unânime a doutrina a respeito do conceito de fontes do direito. Há quem sustente que as fontes seriam a pedra fundamental de todos os estudos jurídicos, ou seja, a própria origem do direito, o lugar donde ele se origina. Alguns advogam que fontes do direito constituem o fundamento para que se possa considerar válida a norma jurídica. Outros veem as fontes sob o aspecto da exteriorização do direito.

Na verdade, a expressão “fonte do direito” é metafórica, pois guarda semelhança com a água que brota da fonte. Afinal, *ubi societas, ibi jus*, isto é, onde houver sociedade haverá o direito. Por isso se diz que as fontes do direito surgem da convivência social e da necessidade natural humana de regramento jurídico para convivência em sociedade. Talvez seja por essa razão que a doutrina prefere classificar as fontes em vez de conceituá-las.

Dentre as diversas classificações existentes, destacamos a que divide as fontes do direito em fontes primárias (lei) e fontes secundárias (costume, jurisprudência e doutrina). Há doutrinadores que adotam semelhante critério, mas empregam terminologia diferente, isto é, dividem as fontes em mediatas e imediatas. Finalmente, há os que sustentam que as fontes podem ser materiais (fato social) e formais (lei, costume, jurisprudência, analogia, equidade, princípios gerais de direito).

Preferimos classificar as fontes do Direito Processual do Trabalho em fontes materiais e fontes formais, sendo essas últimas divididas em fontes formais diretas, indiretas e de explicitação.

1.1. Fontes materiais

Entre os escopos do processo está o de promover a realização do direito material ao qual se encontra umbilicalmente vinculado. Assim, as fontes

materiais do direito processual do trabalho brotam do próprio direito material do trabalho. Este, por sua vez, encontra a sua fonte substancial nos fatos sociais, políticos, econômicos, culturais, éticos e morais de determinada sociedade em dado momento histórico.

Com a ampliação da competência da Justiça do Trabalho (EC n. 45/2004) para processar e julgar ações oriundas das relações de trabalho diversas da relação de emprego, além de outras demandas pertinentes ao direito civil (ações indenizatórias e acidentárias), ao direito previdenciário (cobrança, de ofício, das contribuições previdenciárias), ao direito tributário (retenção do imposto de renda) e ao direito sindical (representação sindical), houve extraordinária extensão das fontes materiais do direito processual do trabalho.

O direito processual do trabalho, portanto, possui natureza instrumental, pois o processo não constitui um fim em si mesmo. Ao revés, ele deve estar a serviço da realização dos valores sociais contemporâneos, que traduzem um sentimento universal em prol da verdadeira justiça e, nos sítios do direito processual do trabalho, da justiça social. Daí o surgimento de uma nova hermenêutica guiada pela ideia da constitucionalização do direito processual voltada para a efetivação dos direitos fundamentais sociais no campo das relações de trabalho.

1.2. Fontes formais

As fontes formais do direito processual do trabalho são aquelas que estão positivadas no ordenamento jurídico. Dividem-se em fontes formais diretas, fontes formais indiretas e fontes formais de explicitação.

1.2.1. Fontes formais diretas

As fontes formais diretas do direito processual do trabalho encontram residência na lei em sentido genérico (atos normativos e administrativos editados pelo Poder Público). No topo das fontes do direito processual do trabalho estão as normas (princípios e regras) constitucionais, pois a Constituição é a *Lex Fundamentalis* dos ordenamentos jurídicos estatais.

A Constituição brasileira de 1988 contém não apenas normas (princípios e regras) gerais do direito processual (aplicáveis, no que couber, ao direito processual do trabalho) como também normas (princípios e regras) específicas desse setor especializado da ciência processual, tais como as que dispõem sobre a competência da Justiça do Trabalho (CF, art. 114, incisos e parágrafos, com redação dada pela EC n. 45/2004). Daí a incidência do fenômeno da constitucionalização do direito processual do trabalho, fenômeno que também ocorreu com o processo civil, como reconhece expressamente o art. 1º do Novo CPC.

Abaixo da Constituição Federal encontram-se as espécies normativas arroladas no processo legislativo pátrio (CF, art. 59), que são as leis complementares, as leis ordinárias, as leis delegadas, as medidas provisórias, os decretos legislativos e as resoluções do Congresso Nacional, incluindo os decretos-leis (anteriores à